

A estratégia da Telebrasil para mostrar ao próximo governo os desafios que o setor de telecomunicações vê como os principais obstáculos ao seu desenvolvimento passará por recomendações de reformas estruturais. Especialmente a questão tributária, tema que já vem sendo repetidamente levantando pelas empresas. Mas a Telebrasil deve mudar um pouco o foco. Em vez de reiterar a exorbitante carga tributária de cerca de 44% ao consumidor de serviços, a associação, que representa as principais operadoras de telecomunicações do país, deve enfatizar a carga tributária na cadeia de produção. Segundo Antônio Carlos Valente, presidente da Telebrasil e da Telefônica no país, o Brasil chegou a um nível de amadurecimento e de desenvolvimento que exige que medidas de reforma estrutural sejam feitas para viabilizar ainda mais o desenvolvimento do setor. Essa deve ser a linha de recomendações da Telebrasil ao final do seu evento anual, que acontece nesta quinta, 19, no Guarujá.

Ainda não existe um valor estimado para os custos tributários sobre a cadeia de produção, mas de acordo com a palestra do especialista Ernesto Flores-Roux, pesquisador do Centro de Investigación y Docencia Económica (CIDE) do México, existe uma defasagem de 16% para mais em relação ao que se investe em infraestrutura de telecomunicações no Brasil e demais países da América Latina, para resultados piores em relação ao que o país deveria colher, em tese. A hipótese do pesquisador é que essa seja a diferença referente aos custos inerentes de operação no Brasil, sobretudo os custos tributários sobre a cadeia de produção.

Segundo Flores-Roux, o Brasil é talvez um dos maiores exemplos de sucesso no desenvolvimento das telecomunicações após a privatização, mas está atrás em todos os indicadores de TICs, e está mais ou menos no mesmo patamar de desenvolvimento em relação aos demais países da América Latina. Mas quando se compara ao peso do PIB brasileiro na região, os indicadores estão ruins. "Os 240 milhões de acessos de serviços de telecom que o Brasil tem agora é o que se teria de qualquer forma. Comparando com o PIB, o país deveria ter mais do que tem". Segundo o pesquisador, enquanto o PIB brasileiro cresce, os índices proporcionais de penetração caem. "Isso é ainda mais notório na banda larga. Foi o primeiro país a fazer investimentos nesse setor, mas a participação está abaixo do desempenho do PIB", diz Ernesto Flores-Roux.

"O investimento que se faz aqui não leva tão longe quanto na América Latina. Para conseguirmos o que os outros conseguem, será certamente mais caro", diz.

Mas se os níveis de investimentos no Brasil estão comparáveis aos demais países da região, o mesmo não se pode dizer na comparação com investimentos feitos por países desenvolvidos. Para se chegar ao mesmo "estoque de investimentos" em telecomunicações por habitante de países como Espanha ou EUA, o Brasil precisaria acrescentar ao mercado mais cerca de US\$ 100 bilhões, mesmo considerando que aqui o espectro é mais barato, as tecnologias já chegam amortizadas e a mão de obra é mais barata.

Para o pesquisador, se for realizada uma redução de 1% no preço da banda larga ao consumidor, em cinco anos isso geraria um ganho de US\$ 5 bilhões no PIB. Ele simulou também os impactos de uma redução tributária mais agressiva, passando a cargas de impostos para patamares como o da Malásia. Seriam 6% de impostos sobre o consumo, contra 43% no caso brasileiro. Nessa hipótese o ganho em cinco anos seria de US\$ 205 bilhões. "A cada dólar não arrecadado, haveria um ganho de 30,8 dólares".

Mas ele reconhece que esta conta não leva em conta os efeitos negativos no financiamento de outros setores caso a arrecadação tributária fosse reduzida drasticamente. Ernesto Flores-Roux ressalta também que há deficiência de infraestrutura no Brasil para a demanda por serviços de telecomunicações, e que há, portanto, espaço para investimentos, mas prefere não conjecturar sobre as causas de este investimento não ter sido feito ainda.

Raul Katz, consultor e pesquisador da Universidade de Columbia, em Nova York, desenvolveu uma metodologia pela qual estima um ganho de 0,08% no PIB para cada 10% de aumento da penetração da banda larga. Com base nisso, ele estima que se a penetração da banda larga no Brasil for a 75% até 2015, isso gerará um aumento de 2,90% no PIB, o que equivaleria a US\$ 90 bilhões. O Banco Mundial projeta um crescimento do PIB de 1,38% para cada 10 pontos percentuais a mais na penetração da banda larga. Katz falou durante o Painel Telebrasil, que acontece nesta quinta, 19, no Guarujá/SP.

Para Katz, o custo de modernização das linhas no Brasil seria de US\$ 2,5 bilhões, mais US\$ 2,5 bilhões para a instalação dos serviços e mais um tanto indefinido de cobrir áreas sem serviço. Para ele, a melhor maneira de criar o ambiente para estes investimentos é retirar os obstáculos para a atuação de empresas privadas. "Não recomendo o uso de um operador público, pois ele é mais lento e tem mais dificuldade". Katz diz que o Estado pode ser um indutor se agregar suas demandas e oferecê-las ao mercado, reduzir impostos, promover subsídios e possibilitar direitos de passagem.

A indústria brasileira de equipamentos de telecomunicações tem sentido, nos últimos anos, um processo de desequilíbrio entre importações e exportações, com aumento significativo no déficit da balança comercial. Segundo dados apresentados por Aluizio Byrro, chairman da Nokia Siemens Networks e vice-presidente de telecomunicações na Abinee, a indústria eletroeletrônica é 4% do PIB, mas a meta é chegar a 7% até 2020. O setor de fornecedores de equipamentos de telecom sozinho representa 0,6% do PIB, e a meta é chegar a 1,7% em 2020. "Este ano, os fornecedores de telecom devem faturar 11,3 bilhões, menos do que os US\$ 11,7 bilhões em 2008, e acumulará um saldo comercial negativo de US\$ 683 milhões", diz Byrro. Ele explica que houve 80% de aumento nas importações, sobretudo de componentes, e que isso deve dificultar o cumprimento das metas de crescimento. "Sem mudança nas políticas, continuaremos sendo montadores de equipamentos", disse. Ele explica que o mercado brasileiro é forte em crescimento, dinâmico em inovação, e o apoio do BNDES é positivo. "Mas os problemas são a carga tributária, insuficiência de recursos humanos, insegurança no marco regulatório, instabilidade nas regras de incentivos existentes, lentidão na tomada de decisão. Se isso não mudar, não conseguiremos mudar o quadro". Byrro participou do Painel Telebrasil, que

acontece nesta quinta, 19, no Guarujá/SP.

O deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE) provocou o setor de telecomunicações, durante o Painelele Brasil, a avançar na discussão sobre o plano de banda larga. Para o deputado, é importante que o setor cobre e apresente metas de penetração e cobertura dos serviços, que podem ser atingidas com a ajuda do Plano Nacional de Banda Larga e também pelas empresas. "É fundamental ter metas de penetração, de cobertura e também metas de inovação e investimentos, para que no fim se atinja uma meta final de inclusão", disse. "Isso é fundamental para que se possa mostrar a relevância da Telebrás. Ela ganhou um destaque até maior do que deveria, na minha opinião. A discussão não é se ela vai fazer o serviço ou não, mas o papel que caberá a cada um, inclusive à Telebrás", disse Lustosa, ressaltando que "só existem papéis depois que o roteiro está pronto".

Teremos reuniões bimensais com diferentes setores do governo.

Esperamos que o PNBL seja um trabalho de cooperação e não competição com as operadoras, descontinuação dos fundos setoriais, agilizar licenças

O Brasil tem uma demanda maior do que a da América Latina e tem falta de infraestrutura, não falta de demanda.

Há um problema regulatório e institucional. Por que estamos investindo mais caro, porque pagamos mais caro e o que fazer para atender a demanda do brasileiro?

Está indo bem mas poderia estar indo melhor

\*\*\*\*\*

A cada 10% a mais de penetração de banda larga pode gerar .08% de crescimento do PIB, de acordo com o modelo desenhado por Raul Katz. Se a penetração for de 75% até 2015, o aumento no PIB será de 2,90% (ao PIB de hoje, isso significa um ganho de cerca de R\$ 90 bilhões). A cada 10% de penetração o desemprego cai 0,06%, o que significa que o desemprego pode cair 1,39% menor em 2015 com uma penetração de 75%.

Metas internacionais:

EUA: 4 Mbps em 2014 com 50 Mbps selecionados

Alemanha: 1 Mbps em 2014 com 75% de HP com 50 Mbps

Singapura: 95% de HPO com 100 Mbps até 2012

Australia: 12 Mbps universal até 2012

PAra chegar às regiões mais atrasadas é preciso usar as faixas de 700 MHz e com ADSL2.

\*\*\*\*\*

Ernesto Flores-Roux

O Brasil é o maior caso de sucesso, mas está atrás em todos os indicadores de TICs, e está mais ou menos no mesmo patamar o resto da América Latina. Os 240 milhões de linhas é o que se teria de qualquer forma, mas comparando com o PIB, o país deveria ter mais do que tem. O PIB cresce e a penetração cai. Isso é ainda mais notório na banda larga. Foi o primeiro país a fazer investimentos nesse setor, mas a participação está abaixo do desempenho do PIB.

O Brasil está investindo duas vezes mais do que os países desenvolvidos em relação ao PIB. E também em relação ao PIB da América Latina. Mais de 40% do que foi investido. Investimos 16% a mais do que o resto, e esse número é muito a mais do que deveria.

O investimento que se faz aqui não leva tão longe quanto na América Latina. {Para conseguirmos o que os outros conseguem, será certamente mais caro. Mas o Brasil investiu muito menos do que outros países desenvolvidos investiram. O Stock de investimento por habitante é de quase um quarto. Precisa investir mais US\$ 300 bilhões. Ajustando os custos (espectro mais barato, tecnologias já amortizadas, mão de obra mais barata, precisaria de mais US\$ 100 bilhões.

Segundo o Banco Mundial, o impacto no PIB para um aumento de 10 pp de penetração é de 1,38 em países emergentes.

Se reduzir em 1% o preço da banda larga, em cinco anos geraria um ganho de US\$ 5 bilhões no PIB em

cinco anos.

Se fosse a carga tributária da Malásia (6%, contra 43% no Brasil) geraria em cinco anos US\$ 205 bilhões e geraria a arrecadação de US\$ 73 bilhões a mais. Cada dólar não arrecadado geraria US\$ 30,8 a mais em externalidades.

A taxa de impostos vai contra, não a favor, da arrecadação.

Isso porque o estado não sabe investir.

O Brasil tem uma demanda maior do que a da América Latina e tem falta de infraestrutura, não falta de demanda.

Há um problema regulatório e institucional. Por que estamos investindo mais caro, porque pagamos mais caro e o que fazer para atender a demanda do brasileiro?

Está indo bem mas poderia estar indo melhor

\*\*\*\*\*

Eduardo Levy (Telebrasil)

Forte problema tributário na cadeia. Um modem é 78% mais caro aqui do que no exterior.

É preciso desonerar a cadeia, e para chegar a esses US\$ 100 bilhões precisa desonerar, precisa ajudar com infraestrutura nas estradas, o governo precisa usar mais,

\*\*\*\*\*

Aloisio Byrro (Nokia Siemens Networks / Abinee)

Indústria eletroeletrônica é 4% do PIB, mas a meta é chegar a 7%. Telecom é 0,6% e pode chegar a 1,7% em 2020. O setor de telecom deve faturar 11,3 bilhões, menos do que os US\$ 11,7 bilhões em 2008, com saldo comercial negativo de US\$ 683 milhões. Houve 80% de aumento nas importações. O que vamos faturar é menos do que é a meta, por conta dos custos de importação. Sem mudança nas políticas, continuaremos sendo montadores de equipamentos.

O mercado brasileiro é forte em crescimento, dinâmico em crescimento e inovação, e o apoio do BNDES é positivo. Mas os problemas são a carga tributária, insuficiência de recursos humanos, insegurança no marco regulatório, instabilidade nas regras de incentivos existentes, lentidão na tomada de decisão.

Teremos reuniões bimensais com diferentes setores do governo.

Esperamos que o PNBL seja um trabalho de cooperação e não competição com as operadoras, descontingenciamento dos fundos setoriais, agilizar licenças

\*\*\*\*\*

Ricardo Sanchez

Há 250 vprovedores já ligados à rede da Eletronet

Conapsi (Conselho Nacional de Entidades de Provedores de Serviços de Internet) + CPqD querem utilizar o sistema de gestão da educação por meio de pequenos provedores, que farão a instalação

\*\*\*\*\*

Lustosa: o setor precisa cobrar e apresentar metas de penetração e cobertura dos serviços no PNBL, metas de inovação, e aí chegando a metas de inclusão

Isso é fundamental para que se possa mostrar a (pouca) relevância da telebrás. Ela ganhou um destaque até maior do que poderia. A discussão não é se ela vai fazer o serviço ou não, mas os papéis que caberá a cada um, inclusive à Telebrás. "Só existem papéis depois que o roteiro está pronto". Para pedir protagonismo, é preciso antes ter um roteiro, e isso antecede tudo.

\*\*\*\*\*

O diretor de assuntos regulatórios da TIM, Mário Girassole, diz que alé de reivindicar a redução da carga tributária, o setor de telecomunicações precisa, antes, fazer a sua própria "lição de casa" no que diz respeito aos custos das redes de transporte de telecomunicações. Segundo ele, em cidades em que há poucas opções de provedor de rede de transporte, esse custo chega a ser de 60% da operação dos serviços. "A banda larga tem que resolver um problema de infraestrutura e abertura das redes. O custo de transmissão cresceu 250%. Quando a infraestrutura está na mão de uma empresa só, em geral uma concessionária, esse custo no Brasil é alto porque o mecanismo de compartilhamento é ineficiente", disse. Por rede de transporte ele se refere à capacidade de backbone e backhaul disponíveis. "O custo de transmissão tem que entrar no Custo Brasil. E é uma parcela que as empresas podem fazer o dever de casa".

Esta semana, o presidente da TIM, Luca Luciani, encaminhou correspondências à Anatel e ao Ministério das Comunicações expondo este problema. "Cabe à Anatel definir estas questões de custos das redes de transporte, com a regulamentação de EILD. Desde 2006 a agência tem dados trimestrais sobre esse mercado, é só sentar e fazer o acerto".

Girassole diz que a Telebrás tem um papel importante nesse cenário. "Telebras é infraestrutura, e toda infraestrutura é boa. Se a Telebras é uma alternativa para comprar capacidade onde não tem alternativa, talvez seja uma coisa boa. Nesse jogo a Telebras é um elemento a mais". O executivo ressalta que essa é uma bandeira em que a TIM assume o pioneirismo, mas diz que outras empresas pensam da mesma forma. "Somos um pouco pioneiros nesse tema. Não é que a gente não goste de falar de tributação, mas não é o único problema. Será que fazendo nosso dever de casa não teremos credibilidade maior, não teremos mais peso?". A TIM espera que esse tema seja encampado pela Telebrasil e que entre nas propostas do setor, consolidadas na Carta do Guarujá.

spero que isso entre nos custos de transmissão entrem na carta do Guarujá.

Não sei quanto a Oi cobra da Oi Móvel. Com esses movimentos societários de concentração, chegamos a um ponto necessário de discutir.

A cultura de compartilhamento que existe nos sites e torres ainda não existe.

VU-M é um elemento, unbundling é um elemento. Cabe a Anatel definir as regras de EILD, já enramos com Reclamação Administrativa contra empresas. Luica mandou carta para Anatel e Ministro dizendo que abriu uma mesa de redução de custos do sistemas.

Temos uma política de open access no mercado de atacado. Telebras é infraestrutura, e toda infraestrutura é boa. Se a telebras é uma alternativa para comprar capacidade onde não tem alternativa, talvez seja uma coisa boa. Nesse jogo a Telebras é um elemento a mais.

Transmissao, interconexão. A Anatel tem a contabilidade de custos das operadoras desde 2006 a cada trimestre. É só sentar e fazer o acerto.

,

Nós trabalhamos em cima de margem, então reduzir uma componente de preço pode reduzir o custo e a margem fica a mesma.

Falamos muito de tributação e falamos pouco desse dever de casa. "Somos um pouco pioneiros nesse tema. Não é que a gente não goste de falar de tributação, mas não é o único problema". Ser'que fazendo nosso dever de casa não teremos credibilidade maior, não teremos mais peso?

spero que isso entre nos custos de transmissão entrem na carta do Guarujá.

É importante que exista a Acel, com seu estatuto e. O monobloco não existe. É uma tentativa de coordenar as atividades de várias associações.

A Acel (Associação das Operadoras de Telefonia Celular) elegeu nesta quinta, 19, o presidente do conselho da entidade. Ficará a cargo de Luiz Eduardo Falco, presidente da Oi, decisão que obedeceu o critério de rodízio entre as operadoras. A decisão não foi tranquila. O nome do presidente da Vivo, Roberto Ilma, foi colocado como alternativa, dado o fato de que a Oi é a principal concessionária fixa. Mas com as mudanças societárias na Vivo e em nome de uma pacificação da convivência entre as empresas, o nome de Falco prevaleceu. Segundo Mário Girassole, diretor de regulamentação da TIM, a operadora (que hoje é a única a não estar ligada a nenhuma concessionária fixa) deu um voto de confiança no nome eleito.

O subchefe executivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, Luiz Alfredo Salomão, apontou em sua palestra durante o Painel Telebrasil, nesta quinta, 19, alguns desafios que devem ser pensados no planejamento estratégico do setor de comunicações para os próximos anos. Essas observações devem constar no plano estratégico a ser proposto pela SAE para o ano de 2022. Salomão ressaltou que existe hoje um dilema institucional no setor, com uma necessidade de revisão da Lei Geral de Telecomunicações. Ele também mencionou a questão tributária, mas lembrou que "essa não é uma discussão trivial" e que passa por um debate amplo que envolve o pacto federativo, já que o setor de telecomunicações é parte fundamental do financiamento dos Estados. Nesse ponto, Salomão criticou os estudos feitos por "especialistas estrangeiros" (em referência a apresentações feitas na própria Telebrasil).

Ele apontou também o desafio de pensar a Internet como serviço público como parte do planejamento para 2022, assim como as questões de uma regulação convergente uma política industrial. "A indústria não desenvolveu suficientemente o setor de componentes .

O debate sobre as perspectivas eleitorais e políticas para o próximo governo realizado durante o Painel Telebrasil, nesta quinta, 19, trouxe poucas certezas , até pela ausência de programa setorial dos candidatos à presidência ou de seus representantes. Mas houve pelo menos um ponto consensual, colocado pelo professor Murilo Cesar Ramos, da Universidade de Brasília. "Se existe uma coisa que é certa é a necessidade de uma revisão do modelo, isso é um imperativo. Isso significa mudanças na Lei

Geral de Telecomunicações e reforma na legislação de radiodifusão, de forma paralela ou convergente à LGT". Ramos disse que em um próximo governo, qualquer que seja, é importante recuperar o papel político do ministério como formulador de políticas. "É preciso definir quem faz política pública e quem regula o setor. É preciso entender como fica a relação entre Anatel e a Telebrás. E é preciso pensar, desde já, no futuro do serviço público, notadamente do STFC, e como será o final dos contratos de concessão em 2025".

A posição foi reforçada por Johnny Saad, presidente do grupo Bandeirantes.

\*\*\*\*\*

Johnny Saad: nada contra em princípio contra a abertura desse mercado, sempre apoiamos isso, mas achamos que é necessário haver regras, não no meio das férias, sair com uma coisa nova. Não foi uma boa forma.

Na discussão do novo marco, acho que quem participou da Confecom deve ter prioridade.

Há uma distorção no mercado de cabo, que privilegia canais estrangeiros. Não queremos que seja na mão de um grupo só tampouco. Queremos pluralidade, mas isso eu não vejo acontecendo. O PT terceirizou o nosso setor, tanto que não teve nenhum ministro, e o Sérgio Motta foi para lá para privatizar a telefonia. Acho que estamos perto de um acordo, um consenso, para tirar as diferenças.

Dos vários modelos que existem hoje, o sistema Canadense me parece o melhor. Em que o investidor tem que vir para produzir lá, e com isso criou uma forte indústria de produção de conteúdo.

Não pode haver apenas um grupo dominando isso.

É hora de discutir e buscar consenso para o debate do marco regulatório.

\*\*\*\*\*

O Plano Geral de Metas de Universalização que valerá para as concessionárias de telefonia a partir de 2011 (PGMU 3) terá duas novidades em relação ao que foi colocado em consulta pública no ano passado que terão forte impacto setorial. A primeira é a tarifação do backhaul, medida que já estava sendo antecipada e esperada pelas concessionárias, mas que abre a porta para uma regulação como serviço público da infraestrutura de banda larga. Segundo apurou este noticiário, o valor de referência por Mbps deve ser próximo ao que a Telebrás pretende praticar, ou seja, algo em torno de R\$ 250, contra um preço médio de R\$ 800 praticado isso.

Outra medida que deverá estar no PGMU 3 é a previsão de oferta de backhaul sob demanda. Ou seja, em lugar de apenas estabelecer capacidades mínimas de atendimento para os municípios, a Anatel exigirá que toda a demanda seja atendida dentro de um prazo determinado e na tarifa estabelecida.

Ao que tudo indica, as medidas contam com respaldo do Palácio do Planalto, que é quem publicará o Decreto com o PGMU 3 e os novos contratos de concessão. César Alvarez, coordenador do comitê de inclusão digital do governo, apontou estas medidas durante sua apresentação no Painel Telebrasil, realizado nesta quinta, 19, no Guarujá/SP. "É fundamental assegurar que haja redes de transporte no Brasil para garantir cobertura da banda larga. Vamos avançar nas metas de backhaul do PGMU 3, e usaremos a infraestrutura do governo para regular o mercado. O problema é que ainda que não definimos as regras de disponibilização desse backhaul e nas condições de uso. É preciso adequar a capacidade à demanda nos próximos cinco anos. Esse backhaul vai ser fixado sob demanda. E o backhaul terá preço regulado, tarifado. Portanto, não calculem mal seus VPLs", disse Alvarez. Segundo apurou este noticiário, o novo PGMU, por ser substancialmente diferente do que foi colocado em consulta no ano passado, será novamente colocado a consulta pública. A sinalização da presidência em relação às condições de tarifação e acesso ao backhaul, contudo, mostram que há uma decisão política sobre o tema.

Na verdade, tudo indica que a posição política do governo sobre a questão da banda larga vai além do backhaul. Há uma percepção de que a banda larga deve ser peça central no processo regulatório. "Temos que enfrentar temas tabus. Será que serviço telefônico é apenas o de voz? STFC mais atualidade é igual a banda larga", disse Alvarez. "A banda larga será apenas um puxadinho sobre um serviços de voz ou trataremos a voz como um serviço sobre a banda larga? O VoIP terá um plano de numeração? A convergência é que vai pagar a banda larga. O que devemos fazer para chegar lá?", provocou o representante do governo.

Nessa linha, a Anatel está trabalhando em uma série de documentos que acompanharão os novos contratos de concessão, inclusive a revisão do regulamento do STFC, já antecipada por este noticiário. Neste caso, a proposta da área técnica é alterar o chamado processo de telefonia, que estabelece 64 kbps como a capacidade de transmissão padrão para o serviço de STFC, padrão esse que deve ser derrubado.

Outro documento que já chegou ao conselho diretor é o regulamento de bens reversíveis, com outra importante mudança. A Anatel tende a amenizar uma série de componentes "patrimonialistas" da regulamentação atual e assegurar mais flexibilidade às empresas na gestão dos bens.

CEzar:

banda larga como oportunidade e para ter todo o Brasil conectado.

O coordenador do comitê de inclusão digital da Presidência da República, Cezar Alvarez, esteve nesta quinta, 19, no Painel TeleBrasil, para defender o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ele reiterou as críticas que o governo já fez em outras ocasiões à cobertura, preço e velocidade dos serviços banda larga no Brasil. "Hoje, 92% da população brasileira tem zero kbps de acesso", disse. Segundo Alvarez, uma das medidas para aumentar a oferta é a liberação de radiofrequências. Mencionou especificamente a licitação da banda H, afirmando que haverá regras de cobertura em troca de preços mínimos menores e "indicou um novo condicionante que pode surgir: "por que não (estabelecer) também limites de preços aos serviços?", perguntou. Ele citou ainda a licitação de 3,5 GHz, que terá o espectro compartilhado para permitir a entrada de grandes e pequenos grupos, e a faixa de 450 MHz, onde ainda há problemas de limpeza da faixa.

Alvarez também criticou os preços cobrados pelas empresas. "Não podemos ter um preço de entrada maior do que de outros países. A banda larga é cara, e a carga tributária é citada como o maior, talvez único, fator. Mas o Confaz tirou o ICMS de serviços de até R\$ 30, mas não há registro de oferta significativa. É preciso que se dê uma explicação sobre isso. O governo está disposto a abrir mão de receitas, sobretudo setoriais, inclusive Fust. Em troca queremos uma oferta de banda larga a R\$ 15 sem venda casada, para conseguirmos chegar a 80% da população. Se ninguém quiser, fica impossível"

Telebrás vs. "três irmãs"

Alvarez ainda acrescentou um argumento novo para defender o papel da Telebrás no mercado de telecom e no Plano Nacional de Banda Larga. "Outra questão são as fusões e aquisições. O que podemos esperar disso? Não precisamos das chamadas três irmãs. Se as empresas quiserem se consolidar para entrar em outras áreas, está ótimo. Mas nesse cenário, a Telebrás vem com o papel de segurança nacional. Não somos inimigos da iniciativa privada, mas não podemos ficar reféns".

Alvarez ressaltou também que a Telebrás ajudará a Anatel no trabalho de entender os modelos econômicos do setor. "A Anatel não pode ficar sem informações, e a Telebrás pode e servirá como parâmetro para a definição de preços. A existência da Telebrás facilitará a expansão das redes de fibra em obras de infraestrutura. A Telebrás institui um processo de desverticalização menos invasivo, estabelecendo concorrência, na mesma lógica da separação estrutural, mas sem intervir nas empresas".

Segundo Alvarez, a Telebrás não desobedecerá as regras, e será uma operadora como outra qualquer. Não fará subsidiária, não faremos acesso, a não ser que não haja alternativa", disse o representante do governo. Segundo Alvarez, a Telebrás proverá a Internet do governo por uma questão de segurança e confiabilidade, e será o braço executor de políticas para universidades e pontos de interesse público. "E o que mais queremos é trabalhar como provedor de redes de transporte, chegando a 4,2 mil municípios em 2014 e 2015", disse. "Só faremos acesso onde não houver acesso adequado. E o significado de adequado será informado pelo comitê e pela própria sociedade". Alvarez pediu ainda aos executivos de telecomunicações que "assumam algumas responsabilidades, não joguem tudo para cima do governo".

Para aumentar a oferta no varejo vamos aumentar o acesso de radiofrequências, e duas licitações importantes podem sair ainda este ano, conforme pedido na Carta do Guarujá.

Na Banda H, haverá compromisso de cobertura em troca de menores preço, e porque não limite de preços? Na faixa de 3,5 GHz haverá divisão de grandes e pequenos blocos, para grandes e pequenas operadoras, como se fez nos EUA.

Na faixa de 450 MHz esperamos ter uma alternativa da Banda Larga Rural. Há algumas dificuldades de limpar a faixa.

Não há varejo sem atacado. É fundamental assegurar que haja redes de transporte. No Brasil, vamos avançar nas metas de backhaul no PGMU 3 e usaremos a infraestrutura do governo. Até o final do ano haverá backhaul em todas as sedes de municípios. O problema é que não definimos as regras de disponibilização desse backhaul e nas condições de uso.

É preciso adequar a capacidade à demanda nos próximos cinco anos. Esse backhaul vai ser fixado sob demanda. E o backhaul terá preço regulado, tarifado. Não calculem mal seus VPLs.

Em termos de velocidade, no Brasil é banda larga tudo o que está acima de discado. Nossa banda larga é muito estreita, e não seria banda larga em alguns países. Em outros países a meta já é colocar fibras.

Temos que enfrentar temas tabus. Será que serviço telefônico é apenas o de voz? STFC + atualidade = banda larga. A banda larga será apenas um puxadinho sobre um serviços de voz ou trataremos a voz como um serviço sobre a banda larga ? O VoIP terá um plano de numeração. A convergência é que vai pagar a banda larga. O que devemos fazer para chegar lá?

Sobre preço, não podemos ter um preço de entrada maior do que de outros países. A banda larga é cara, e a carga tributária é citada como o maior, talvez único, fator. Confaz tirou o ICMS de serviços de até R\$ 30, mas não há registro de oferta significativa. É preciso que se dê uma explicação sobre isso. O governo está disposto a abrir mão de receitas, sobretudo setoriais, inclusive Fust. Em troca queremos uma oferta de banda larga a R\$ 15 sem venda casada, para conseguirmos chegar a 80% da população. Se ninguém quiser, fica impossível.

A demanda por TV por assinatura pode ser uma brutal e boa demanda. A Anatel, em barvíssima decisão, decidiu dar andamento ao processo de concessões. O PL 29 também está pra ser aprovado. Então qual é o problema?

Quando há uma operadora o preço é 3X maior do que quando há três operadoras. O que acontece hoje é que o cidadão da periferia paga a ausência de concorrência.

E a questão das redes abertas também é fundamental. Assim como a separação funcional, unbundling, infraestrutura de última milha.

Sobre preço, não podemos ter um preço de entrada maior do que de outros países. A banda larga é cara, e a carga tributária é citada como o maior, talvez único, fator. Confaz tirou o ICMS de serviços de até R\$ 30, mas não há registro de oferta significativa. É preciso que se dê uma explicação sobre isso. O governo está disposto a abrir mão de receitas, sobretudo setoriais, inclusive Fust. Em troca queremos uma oferta de banda larga a R\$ 15 sem venda casada, para conseguirmos chegar a 80% da população. Se ninguém quiser, fica impossível.

Outra questão são as fusões e aquisições. O que podemos esperar disso? Não precisamos das chamadas 3 irmãs. Se as empresas quiserem se concolidar para entrar em outras áreas, está ótimo, mas nesse cenário a Telebrás vem com o papel de segurança nacional. Não somos inimigos da iniciativa privada, mas não podemos ficar reféns. E a Anatel não pode ficar sem informações, e a Telebrás pode e servirá como parâmetro para a definição de preços. A existência da Telebrás facilitará a expansão das redes de fibra em obras de infraestrutura. E finalmente ela poderá usar recursos em PPPs, somadas aos fundos setoriais. Por fim, a Telebrás instituiu um processo de desverticalização menos invasiva, estabelecendo concorrência, na mesma lógica da separação estrutural sem intervir nas empresas.

O que não faremos a telebras? Desobedecer as regras, ela é uma operadora como outra qualquer. Não fará subsidiária, não faremos acesso, a não ser que não haja alternativa, mas faremos: a Internet do governo (questão de segurança e confiabilidade), será o braço executor de políticas para universidades e pontos de interesse público. E o que mais queremos é trabalhar como provedor de redes de transporte, chegando a 4,2 mil municípios em 2014 e 2015.

Só faremos acesso onde não houver acesso adequado. E isso será informado pelo comitê e pela própria sociedade. Contribuir com vocês: assumam algumas responsabilidades, não joguem tudo para cima do governo. Aproveitem os benefícios estabelecidos pelos Confaz e preparem planos. Invistam em produção e inovação (é difícil pelo dumping de produtos importados). Proponham centro de inovação para 2014. Proponham conteúdos digitais brasileiros para brasileiros.

queremos um Brasil conectado. E quero estabelecer alguns parâmetros. A nossa busca é por esse futuro, com diálogo, cooperação e espírito público. Não estamos aqui para tirar cliente nenhum das empresas. O que queremos é banda larga barata para o cidadão.

\*\*\*\*\*

Compromisso com reformas política, tributária, trabalhista e previdenciária.

Compromisso com marco regulatório, ainda que em alguns momentos tenha havido apreensão e decepção, mas o país é um ambiente estável e confiável. A convergência deve se desenvolver nesse contexto.

Compromisso com o setor público tradicional com ministério bem equipado e agências independentes

Compromisso com a modernidade e incentivo ao investimento privado

Compromisso com metas de crescimento agressivas e nos comprometemos a contribuir com sua formulação e a alcançá-las. Isso passa por novas licenças, frequências, fundos adequados e investimentos.